

CRAS E TERRITÓRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

*CRAS AND TERRITORY: EXPERIENCE REPORT IN A CENTER FOR
ACQUAINTANCESHIP AND STRENGTHENING BONDS*

Laura Cardoni Ruffier¹
Marina Lemos Carcereri Mano²
Graziele Aline Zonta³
Andrea Viera Zanella⁴

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência de estágio de alunas de um curso de graduação em Psicologia em um Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV). Foram realizados grupos com crianças com o objetivo de trabalhar questões relativas às suas vivências cotidianas e as emoções dali advindas. Em todas as intervenções utilizou-se como mediadores do processo grupal materiais artísticos e lúdicos, incluindo desenho, sucata, contação de histórias e brincadeiras diversas. Observou-se que os temas mais frequentemente expressos pelas crianças, através de suas falas e de suas produções artísticas, relacionavam-se ao vínculo com a mãe e familiares, a perdas, conflitos e diferenciações de gênero. Além de relevante por possibilitar ao grupo de crianças criar e o ressignificar sentimentos, ações, relações e vivências, a experiência de estagiar em um CCFV evidenciou dificuldades e desafios relativos tanto ao serviço quanto ao vínculo com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Palavras-chave: CRAS, Grupos, Crianças, Estágio, Psicologia Social, Assistência Social.

Abstract

The present paper has as objective to report the experience of interns, students of a Psychology undergraduate course in a Center for Acquaintanceship and Strengthening of Bonds. Were conducted groups with children aiming to work on issues related to emotions, especially those which emerged from the group itself. In all the interventions, artistic or playful materials were used as instruments mediating the group process, including drawings, scrap materials, storytelling and various games. It was observed that the most frequently themes expressed from the children's, through their statements and artistic creations, were related to the bond with the mother and family, losses and conflicts and those signalize by gender issues. Besides being relevant for enabling the group of children to create and re-think feelings, actions, relationships and experiences, the experience of interning in a Center as the one mentioned revealed difficulties and challenges related with the service and the link with the Reference Center of Social Assistance (CRAS).

Keywords: CRAS, Groups, Children, Internship experience; Social Psychology; Social Assistance.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-500 - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Departamento de Psicologia. Bloco C. Sala 8B. Brasil. - lauruffier@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil. marinalcmano@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6725-2486>

³ Universidade Federal do Paraná - Brasil. gzonta@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7908-7043>

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil. a.zanella@ufsc.br. <https://orcid.org/0000-0001-8949-0605>

CRAS E O TERRITÓRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Este artigo relata a experiência de estágio de duas graduandas em Psicologia junto a grupos de crianças usuárias de um Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), uma unidade pública referenciada a um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do Sul do Brasil. Trabalhar com grupos no CRAS atende as diretrizes do SUAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2016) e visa promover diálogos e trocas de experiências com usuários, fortalecendo os vínculos e a articulação de projetos de seu interesse (Silva & Carvalhaes, 2016).

A proposta do trabalho emergiu como alternativa diante do sentimento de impotência e desmotivação que as graduandas enfrentavam ao atuarem no CRAS. Tal sentimento, como afirmam Macedo e Dimenstein (2012) e Sousa Andrade e Moraes (2017), é frequentemente relatado por psicólogos(as) que atuam na assistência social, consequência das dificuldades enfrentadas nesses serviços, como a precarização da infraestrutura e as grandes áreas dos territórios (Senra e Guzzo, 2012; Oliveira et al., 2015). O objetivo principal da intervenção era possibilitar um espaço de expressão e de compartilhamento entre as crianças de suas vivências cotidianas.

As intervenções incluíram brincadeiras, contação de histórias e desenhos. De acordo com Vigotski (2009), o lúdico favorece a expressão das emoções e o processamento das experiências pelas crianças, criando condições para a criação de novos modos de ser. Silva, Araújo, Ribeiro e Pereira (2017) destacam, por sua vez, que as brincadeiras são necessidades básicas para as crianças, proporcionando um espaço de protagonismo, descobrimento, fortalecimento de vínculos e elevação da criatividade.

O relato inicia com a apresentação do CRAS, das diretrizes da assistência social e os impasses que motivaram a transferência do campo de estágio para o CCFV. O funcionamento e inserção no campo são explanados na sequência, seguidos de uma síntese do roteiro de atividades realizadas e a discussão dos resultados da intervenção.

Para averiguar a relevância deste trabalho, foi realizada busca nas bases de dados Scielo e Psyc por artigos completos sobre atividades com grupos de crianças em CRAS ou CCFV, entre 2008 e 2018, utilizando os indexadores "CRAS" e "CCFV". Foram encontrados dezenove artigos e, destes, apenas um sobre o CCFV. Essa produção será visibilizada no decorrer deste artigo.

DO CRAS AO CCFV

Entre março e novembro de 2017 as estagiárias desenvolveram suas atividades no CRAS, em três turnos por semana. Via atendimentos, reuniões e leituras sobre a instituição, foi possível conhecer os serviços prestados, a população alvo, a abrangência do território, sua dinâmica e as principais demandas. Foi possível também compreender o contexto histórico de emergência da assistência social no Brasil, os entraves políticos e a falta de recursos que, em certa medida, obliteram o cumprimento de suas diretrizes.

Porta de entrada das famílias ao SUAS, o CRAS é uma unidade pública estatal que oferece serviços direcionados a famílias em situação de vulnerabilidade social. Em suas diretrizes consta que a implantação do CRAS deve ocorrer de forma territorializada nos municípios, articulando os fluxos dos serviços socioassistenciais e

oferecendo serviços nas áreas de vulnerabilidade e riscos sociais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2016; Teixeira, 2010).

Todavia, no decorrer do estágio percebeu-se que, na prática, a implantação de forma territorializada não ocorria no CRAS em que estagiavam. As razões para tanto se articulavam às condições de trabalho: a equipe, constituída por duas psicólogas, duas assistentes sociais e dois técnicos administrativos, era responsável por atender 21 comunidades distribuídas em uma vasta extensão territorial. Essa extensão consistia também em empecilho para o acesso dos usuários ao CRAS, posto a dificuldade de arcarem com os custos de deslocamento. Para agravar o quadro, os veículos de transporte da instituição só estavam disponíveis em três períodos da semana, dificultando o deslocamento das equipes no território.

A crise econômica e a política vigente no país agravava o quadro, com o decréscimo dos investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social. A população se via afetada pelas faltas (de creche, de saúde, de assistência, de lazer etc.), e os trabalhadores se viam afetados com sobrecarga de trabalho, falta de funcionários, de materiais, ou desemprego (Fontes, 2017). Nesse cenário, as equipes das unidades em foco neste estudo se encontravam desmotivadas e impotentes, condição decorrente da própria instituição estatal. Segundo Lapassade (1983), o Estado inviabiliza, a partir da serialidade, meios para que as pessoas possam exercer sua própria legitimidade, tornando-os assim, impotentes. Essa cristalização favorece a manutenção de profissionais imóveis e alienados em suas funções. Logo, pratica-se a impotência da terceira pessoa, em que se liquida o outro em seu interior para, assim, liquidá-lo nos outros.

Diante da dificuldade de atuação no CRAS e guiadas pelo desejo de desenvolver alguma atividade significativa para suas formações e para os usuários dos serviços de assistência social, as estagiárias migraram para o CCFV que se localizava próximo, o que possibilitou o desenvolvimento do trabalho com as crianças.

A EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Integrando a Proteção Social Básica, o CCFV é um serviço de prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, complementar ao trabalho realizado com as famílias por meio do programa de Proteção e Atendimento Integrado a Família (PAIF) e Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI). Organiza-se por meio de grupos estruturados por idade que visam possibilitar, a partir de atividades socioeducativas, lúdicas e socioculturais, o exercício das escolhas e decisões coletivas, o reconhecimento e nomeação das emoções, o diálogo para resolução de conflitos, a valorização do outro e a construção de projetos de vida. Essas ações visam contribuir com a autoestima dos usuários e em seus laços comunitários, promovendo diálogos e fazeres que materializam alternativas de enfrentamento das realidades instituídas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016).

Conforme apontam Tesoni, Ribeiro e da Silva Tesoni (2012), apesar dos desafios encontrados no trabalho nos CCFV, as famílias pesquisadas relataram sentirem-se satisfeitas com as atividades desenvolvidas, com motivação para participar e perceberam resultados positivos nas relações familiares após a participação. Apostando na possibilidade de resultados positivos como esses é que o estágio foi deslocado do CRAS para o CCFV.

A inserção no CCFV foi realizada através de visitas de caráter exploratório realizadas no começo de 2017, as quais possibilitaram familiarizar-se ao ambiente, à equipe e às crianças usuárias. A equipe pedagógica era constituída

por coordenadores, monitoras e professores de artes, educação física, e pedagogia. Os professores, com pouco tempo de permanência em virtude de contratos temporários, viam-se impossibilitados de participar da vida e da cultura institucional e de se engajar na solução das questões e problemas que a transcendem, situação similar a de professores vinculados a instituições escolares, como aponta Novaes (2010).

As condições de realização do estágio no CRAS dificultaram o desenvolvimento de atividades para reconhecimento do território, fundamentais para a realização de um trabalho social segundo Quintal (2016). Entretanto, durante as intervenções as crianças, ao relatarem suas experiências cotidianas, assumiram o papel de porta vozes desse território. Suas narrativas sobre a vida da comunidade auxiliaram as estagiárias a compreenderem sua complexa trama, a conhecer suas realidades e reconhecer, gradualmente, interesses e demandas que poderiam ser trabalhadas nesse contexto, com o grupo em particular com o qual trabalharam.

O PROCESSO GRUPAL

O trabalho realizado no CCFV desenvolveu-se com dois grupos: um com crianças de 6 a 9 anos, outro de 10 a 12 anos. Foram realizados nove encontros semanais de uma hora e trinta minutos ao longo do segundo semestre de 2017, com a participação de 6 a 13 crianças por encontro. As atividades foram desenvolvidas na sala de artes, sala multiuso, biblioteca ou na quadra de esportes. Em cada encontro era realizada uma atividade de aquecimento, uma intervenção principal e um fechamento. A intervenção principal será o foco deste relato.

Priorizou-se no trabalho com os grupos o estabelecimento de vínculos, a compreensão da complexidade das relações eu-outro, o reconhecimento de limites, o compartilhamento de experiências, a expressão simbólica e de fantasias individuais e coletivas (Fernandes, 2003).

Visitas exploratórias ao CCFV possibilitaram identificar interesses das crianças que balizaram a elaboração das atividades propostas nos encontros. Aquecimentos diferenciados foram elaborados, considerando as diferenças etárias dos grupos. A atividade principal, porém, era a mesma para ambos, ainda que passível de mudanças em decorrência de necessidades observadas. Após cada encontro, estagiárias e orientadora do estágio se reuniam para avaliar e planejar as próximas atividades, considerando o processo grupal.

As duas primeiras atividades tiveram como objetivo conhecer melhor as crianças a partir de fatos e momentos que marcaram suas vidas. Na primeira atividade foi utilizado a contação de histórias como disparadora do processo, com a leitura do livro “O pintor de Lembranças”, de José de Antonio del Cañizo, escolhido em virtude da trama que narra lembranças de diversos personagens. Após a leitura, feita por uma das estagiárias, foi realizada uma roda de conversa em que as crianças compartilharam algumas de suas lembranças. Segundo Corrêa e Souza (2011), as rodas de conversa visam criar um espaço de escuta que permita o debate sobre determinados temas. Em geral, as lembranças narradas pelas crianças no CCFV, referiam-se a momentos que vivenciaram na instituição, comidas e atividades preferidas, família e perdas.

Na semana seguinte as crianças foram levadas para a sala de artes. Após recordarem o primeiro encontro, foi proposto que desenhassem as lembranças que mais marcaram suas histórias de vida. O desenho foi escolhido em virtude de sua importância para o desenvolvimento infantil. Segundo Vigotski (2009), a criança, ao desenhar, não desenha aquilo que vê, mas sim o que compreende. Logo, o trabalho com as crianças através do desenho possibilita a compreensão do modo como significavam suas experiências. Alguns dos temas que emergiram no grupo dos

menores relacionavam-se a lembranças de eventos como jogos de futebol e momentos com a família. Outros, por sua vez, expressaram o que gostariam de ter no futuro ou mensagens amorosas direcionadas principalmente às mães. Já no grupo dos maiores, os desenhos relacionavam-se a assuntos como morte de pessoas próximas e relações familiares.

À vista das emoções expressas pelas crianças ao trabalhar com suas lembranças, foram planejadas as atividades seguintes. No terceiro encontro, foi entregue 5 folhas de tamanhos diferentes em que se solicitou que as crianças desenhasssem em cada folha um sentimento diferente, a saber: medo, raiva, saudade, alegria, tristeza e amor. Dentre os temas desenhados, destacaram-se aqueles que expressaram o vínculo familiar (nas folhas de alegria, saudade, amor e tristeza) e a violência (nas folhas de medo e raiva).

No quarto encontro, foi trabalhada a expressão de cada emoção no corpo, através de uma brincadeira. Foi solicitado que as crianças caminhassem pela extensão da quadra esportiva expressando sentimentos - amor, tristeza, raiva, tédio, felicidade e timidez - em diferentes intensidades. Segundo as crianças, os sentimentos que mais gostaram de evocar foram os de amor, raiva e tédio, pois são os que mais sentem no cotidiano.

No quinto encontro, em um dos parques da cidade, foi retomado a contação de história. Escolheu-se um conto de bruxas do folclore local da cidade, escrito por Franklin Cascaes. Muitas das crianças nunca haviam ouvido falar de contos como esse. A atividade possibilitou aproximá-las da cultura local, trabalhando suas emoções e imaginário acerca das bruxas.

No sexto encontro, as crianças escolheram um dos momentos do conto de Cascaes para desenhá-lo ou dar continuidade ao mesmo. Houve intensa participação das crianças, muitas que antes não haviam desenhado anteriormente conseguiram se expressar. Outras, mais tímidas, apesar de não apresentarem seu desenho para a turma, permitiram que seus colegas os apresentassem por elas.

No sétimo encontro, retomando o tema dos últimos dois encontros, foi sugerida a construção de monstros com sucata. A ideia era observar a construção de cada monstro e depois relacioná-los com sentimentos e emoções, temática antes trabalhada. Entusiasmadas com o material, as crianças produziram objetos diversos, como fogão, espaçonave e armas. As criações evidenciaram diferenças entre meninos e meninas, o que nos levou a planejar uma conversa sobre afetos e questões de gênero.

No oitavo encontro foram levadas imagens impressas, encontradas em websites, de brinquedos distintos a fim de levantar questionamentos sobre quais e por que motivo as meninas brincavam com certos brinquedos e os meninos com outros. Entre risos e estranhamentos, foram as meninas que mais se posicionaram explicitando algumas imposições a respeito do que “é de menina” ou “é de menino” sofridas em casa ou entre os colegas na escola. Suas falas ecoam os apontamentos de Silva e Brabo (2016) ao afirmarem que a introdução e imposição dos papéis de gênero na infância é realizada pela família e escola, atingindo meninos e meninas de variadas formas - de acordo com gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e idade. Após a conversa foi solicitado às crianças que criassem novos objetos, podendo reutilizar suas antigas criações. Apesar das armas se transformarem em espaçonaves e os fogões em bonecas, a distinção de gênero continuou.

No nono e último encontro foi proposta uma atividade de provocação com brinquedos culturalmente tidos como “de meninos” e “de meninas”. Escolheu-se essa forma de intervenção uma vez que o brincar possibilita às crianças expressarem a imaginação, ressignificarem o que observam e aprenderem de forma descontraída (Vigotski, 2009). Foram organizadas 7 “ilhas de brinquedos”. As crianças foram separadas em duplas e divididas entre essas “ilhas”.

Após alguns minutos brincando, elas passavam para a próxima “ilha”, de modo rotativo. Alguns meninos não quiseram brincar com determinados brinquedos considerados culturalmente como “de menina”: afastaram-se, sentaram-se longe ou esperaram o próximo rodízio na soleira da porta. Para finalizar realizamos uma roda de conversa para compartilhar sentimentos e reflexões sobre a atividade e o encerramento das intervenções no CCFV.

O MOVIMENTO DO GRUPO, OS MOVIMENTOS NO GRUPO

Segundo Pichon-Rivière (1998), existem dois processos que ocorrem nos grupos: o de verticalidade, que corresponde a história particular dos sujeitos; e o de horizontalidade, que se refere ao processo que ocorre no grupo. Na intervenção realizada investimos principalmente na horizontalidade promovendo atividades que fizessem sentido para as crianças, estimulando reflexões e mudanças nas relações. Consideramos a complexidade das relações que se instituem em um contexto grupal, em que aspectos singulares e coletivos se entrelaçam através do comunicar verbal e não verbal (Andaló, 2006).

Durante as atividades, as crianças oscilavam entre interesse e dispersão, implicando a necessidade de uma prática criativa e flexível. Foi indispensável para a continuidade do grupo um constante reinventar-se por parte das estagiárias, movido pelo movimento das crianças, seus desejos e necessidades.

Para conseguir trabalhar com os grupos, as estagiárias passaram a realizar acordos antes do início das atividades, os quais consistiam em explicações sobre o que seria feito no dia e o que se esperava delas para que a atividade se concretizasse. Por meio dos acordos as crianças podiam brincar com o que era proposto da maneira que desejassem, o que possibilitou o fortalecimento dos vínculos umas com as outras e com as estagiárias, consoante com o que apresentam Silva et al. (2017). O brincar possibilita à criança, além do prazer, dominar suas angústias e experienciar ações e reações na relação com o outro, com os objetos e com a imaginação. A criança pode utilizar da brincadeira como estratégia para reproduzir situações vividas e compreendê-las, condição para reinventá-las (Vigotski, 2009; Fernandes, 2003; Maranhão e Vieira, 2017).

As questões de gênero que emergiram também exigiram o redirecionamento do olhar das estagiárias. As diferenciações das masculinidades e feminilidades objetivavam-se em suas falas, formas de vestir, comportamentos, brincadeiras e criações artísticas. Silva e Brabo (2016) marcam que, sob a imposição da perspectiva do mito da igualdade e a compreensão de que o feminino e o masculino são categorias naturais, explicativas de modos de ser, fazer, gostar e sentir, as crianças ficam encerradas nesses pressupostos e acabam reproduzindo-os em seus comportamentos, pensamentos e interesses, pois, se vão contra eles, são corrigidas, repreendidas e censuradas. Para tensionar essas naturalizações, foram realizadas discussões e brincadeiras que as problematizaram.

Nos encontros, as crianças uniam-se em pequenos grupos para brincar, conversar e trabalhar juntas, compartilhando modos de ser e afetos. Conflitos eram constantes, tanto físicos como verbais. Muitas crianças disseram que “brigar” era a única forma de resolver conflitos, apresentando exemplos de situações semelhantes ocorridas entre familiares.

Conjectura-se que a situação de vulnerabilidade decorrente dos movimentos migratórios das famílias em busca de melhores condições de vida, o distanciamento de entes queridos, a morte de familiares, pais ausentes devido à longa jornada de trabalho diário, entre outras condições, tenham produzido nessas crianças sentimentos que eram significados, enfrentados e reproduzidos de diferentes formas. Algumas expressavam muita raiva e insatisfação.

Outras se mostravam tristes, com pouco interesse e motivação para as atividades. Ainda, havia aquelas que demandavam incessantemente a atenção das estagiárias e outros profissionais do serviço, seja com estripulias, proximidade corporal, pedidos, questionamentos, olhares e falas.

Considerando que os grupos realizam a mediação entre a singularidade e a realidade social (Andaló, 2006), pode-se compreender que os conflitos e emoções manifestados no grupo eram expressão das experiências das crianças nos contextos em que viviam. Afinal, conflitos emergem de situações contextuais e históricas que vão além da pessoa e configuram-se como movimentos que expõem e visibilizam inconformidades (Cunha & Bicalho, 2018). A superação de conflitos, por conseguinte, requer mais que a vontade das crianças e os possíveis no contexto grupal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a um contexto de vulnerabilidade social e econômica, violação de direitos, perdas e rupturas de vínculos, o estágio realizado junto às crianças usuárias do CCFV colocou as estudantes em contato com uma realidade desafiadora, que as impulsionou ao movimento não somente de transformação do que encontraram, mas acima de tudo, de transformação de si. Possibilitou também, o estágio, a aproximação do CRAS com o CCFV.

Apesar dos limites da intervenção, a experiência proporcionou momentos de reflexão, a vivência de afetos e a resignificação de relações. Considera-se positivo o fato do grupo ter se constituído como espaço possível para a expressão e elaboração de alguns conflitos, criando condições para o reconhecimento de possibilidades outras para as vivências cotidianas. Esperamos que esse movimento instigue tanto as crianças como as profissionais do serviço a resignificarem suas práticas e relações.

Referências

- Andaló, C. (2006). *Mediação grupal: uma leitura histórico-cultural*. São Paulo: Ágora.
- Corrêa, C. S., & Souza, S. J. (2011). Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(3), 461-486.
- Cunha, T. C., & Bicalho, P. P. G. (2018). Por uma Concepção Política de Conflito Escolar. *Revista de Psicologia*, 9(1).
- de Oliveira, I. F., de Andrade Oliveira, N. L., do Nascimento, M. N. C., Araújo, R. L., Coelho-Lima, F., & de Oliveira Amorim, K. M. (2015). Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe 2).
- de Sousa Andrade, A. G., & de Moraes, N. A. (2017). Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 378-392.
- Fernandes, W. J. (2003). *Grupos e configurações vinculares*. Artmed Editora.
- Fontes, V. (2017). Capitalismo, crises e conjuntura. *Serviço Social e Sociedade*, n. 130, 409-425

- Lapassade, G. (1983). *Dialética dos grupos, das organizações e das instituições*. Em G. Lapassade. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Av. Psicol. Latinoam*, vol.30, no.1, p.182-192.
- Maranhão, J. H., & Vieira, C. A. L. (2017). Brincar como linguagem da criança: Contribuições contemporâneas. *Revista de Psicologia*, 8(2).
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2016). *Caderno de Orientações. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Brasília: DF
- Novaes, L. C. (2010). A formação des(continuada) dos professores temporários: provisoriedade e qualidade de ensino. *Revista Diálogo Educacional*, 10(30).
- Pichon-Rivière, E. (1998). *O processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Quintal, M. (2016). Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6(1), 131-163.
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299.
- Silva, E. A. R. D., Araújo, M. I. D. S., Ribeiro, M. S. D. S., & Pereira, M. D. C. (2017). O Olhar de Crianças do CAPSi sobre as Relações do Cuidar e do Brincar. *Trends in Psychology*, 25(4), 1637-1651
- Silva, M. E. F., & Brabo, T. S. A. M. (2016). A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino? *Revista Trama Interdisciplinar*, v. 7, n. 3, 127-140.
- Silva, R. B. & Carvalhaes, F. F. (2016). Psicologia e Políticas Públicas: Impasses e Reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, vol. 28, nº2, 247-256
- Teixeira, S. M (2010). Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em Revista*, v.13, n.1, 4-23.
- Tesoni, M. A., Ribeiro, N. P. A., & da Silva Tesoni, R. A. (2012). Os desafios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 06 anos e suas famílias. *COGNITIO/PÓS-GRADUAÇÃO UNILINS*, (1).
- Vygotski, L. S. (2009). *Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico-livro para professores; apresentação e*

comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática.